A Base Nacional Comum Curricular como dispositivo de subjetivação neoliberal: reflexões acerca da Educação Contemporânea em crise ética ou sintoma do niilismo

Lian Matheus Oliveira de Sá
Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Marília- SP/Brasil - lian.sa@unesp.br, Universidade Estadual de Maringá
DOI 10.55823/RCE.V19I19.242

RESUMO

Neste artigo procuramos problematizar o documento intitulado Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no qual define um conjunto de normas, competências e habilidades básicas de aprendizagem essencial como dever do aluno em desenvolvê-los. Para tal, recorremos ao filósofo francês Michel Foucault com o intuito de abrir a caixa de ferramentas naquilo que os conceitos de biopolítica, dispositivo e governamentalidade auxiliam na problemática levantada, qual seja, que tal documento por ser compreendido como um instrumento que compõe o dispositivo da governamentalidade que rege a biopolítica contemporânea, almejando regulamentar e formar

subjetividades aos parâmetros das artes de governo neoliberal por um lado, porém, por outro lado, excluindo outras formas de vida que circulam na própria dinâmica da vida escolar, produzindo dessa maneira uma espécie de crise ética. Por fim, recorremos ao filósofo Nietzsche buscando sinalizar o sintoma do niilismo que paira sobre essa crise ética vivenciada e até provocada pelos dispositivos escolares. Dessa forma, parece que os dispositivos escolares buscam subjetivar a população escolar para adentrar as habilidades e competências estipuladas no documento oficial, ao passo que, almejando formar uma moral de rebanho da população que adentra as artes de governo imperante em detrimento do sufocamento de modos de vida outros e afirmativos da vida ético-político.

Palavras-chave: *BNCC; niilismo; subjetividade; educação; neoliberalismo.*

Abstract: In this article, we seek to problematize the document entitled Base Nacional Comum Curricular (BNCC) in which it defines a set of norms, competences and basic learning skills essential as the student's duty to develop them. To this end, we turn to the French philosopher Michel Foucault in order to respectfully open the toolbox that the concepts of biopolitics, device and governmentality help in the raised issue, that is, that such a document, being understood as an instrument that makes up the device of governmentality that governs contemporary biopolitics, aiming to regulate and form subjectivities to the parameters of the arts of neoliberal government, on the one hand, but, on the other hand, granted other forms of life that circulate in the very dynamics of school life, thus producing a kind of crisis ethic. Finally, we turn to the philosopher Nietzsche, seeking to signal the symptomatology of nihilism that hovers over this ethical crisis experienced and even provoked by school devices. In this way, it seems that the school devices seek to subjectify the school population to enter the skills and competences stipulated in the official document, while, aiming to form a herd morality of the population that enters the arts of prevailing government to the detriment of the suffocation of modes of life of others and affirmations of ethical-political life.

Keywords: *BNCC; nihilism; subjectivity; education; neoliberalism.*

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo problematizamos a BNCC (2018) na qual é definida como um documento normativo que regulamenta e determina as habilidades e competências que norteiam as estratégias básicas para a educação brasileira. Para tal, recorremos ao filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) buscando elucidar que este documento normativo faz parte de uma estra-

tégia como dispositivo biopolítico, tendo como eixo central e/ou subjacente a racionalidade econômica que rege a governamentalidade neoliberal com o intuito de subjetivar os alunos como sujeitos dóceis e disciplinados ao mesmo tempo que economicamente ativos, eficientes e úteis. Porém, ao tentar imprimir tal movimento, despotencializa outros modos de vida que fogem das exigências expressas na BNCC.

A BNCC foi elaborada e entregue no meio de um período histórico brasileiro conturbado no qual tendo sido impeachmada a ex-presidente Dilma Rousseff; o então governo empossado por Michel Temer encarregou o passageiro fugaz Rossieli Soares da Silva como ministro da educação para apresentar as diretrizes condizentes e de aceleração dos interesses neoliberais, o que caracteriza toda uma mudança de governamentalidade entre o pré e o pós impeachment.

Essa mudança pode ser entendida com base no que Alexandre Filordi e Silvio Gallo (2020) intitulam como governamentalidade democrática, a partir do impeachment procuramos denominar como governamentalidade neoliberal[2] baseada no empresariamento de si, na competência, na gestão eficiente e na subjetivação de sujeitos economicamente ativos como capitais concorrentes como enfatiza o filósofo Michel Foucault (2008a).

De acordo com o que consta na BNCC (2018) se trata de um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens tidas como fundamentais para o desenvolvimento dos alunos, além disso, tal documento funciona como uma espécie de aglutinador que supere a fragmentação das políticas educacionais existentes em outras esferas da república, isto é, a BNCC almeja centralizar as políticas educacionais em território nacional para que a biopolítica da população atinja efeitos nos sujeitos.

Essa função estratégica enfatiza o caráter biopolítico da BNCC, haja vista que o objeto e o objetivo do governo é regulamentar a população na sua forma homogênea como um corpo social coeso e ordenado. Portanto, a BNCC cumpre esse papel de formar a população com o intuito de governá-la, mas para isso requer um processo de subjetivação desde a infância, por isso se faz fundamental para a governamentalidade estatal a BNCC como um instrumento do dispositivo biopolítico.

A pretensão de equiparar as competências e habilidades básicas servem como ponto fundamental da biopolítica onde, de acordo com Foucault (2005, 2008a), a bio-

2 - Para os filósofos da educação, esse movimento poderia ser entendido não como uma ruptura ou passagem da governamentalidade democrática para a governamentalidade neoliberal e, sim, que o ponto comum que liga esquerda e direita é a racionalidade da economia política, portanto, como uma dupla face da mesma moeda em que ora foi pautada por um tipo de racionalidade econômica social-democrata e, agora se radicaliza em um tipo de neoliberalismo de Estado mínimo, isto é, no fomento ao individualismo exacerbado, oxigenando a concorrência entre capitais humanos concorrentes (FOUCAULT, 2008a).

política faz dos sujeitos meros sobreviventes preocupados apenas com a sobrevivência biológica, assujeitados ao biopoder neoliberal sem afirmar as potências singulares da diferença como atores ético-político.

Buscaremos elucidar esse conflito entre a dinâmica complexa da vida escolar no sentido de potências de vida afirmativas e criadoras que desregulamenta e escapa dos conceitos de competências e habilidades expressos na BNCC, além de procurar trazer a hipótese de que tal documento normativo funciona como uma espécie de dispositivo de subjetivação da biopolítica de governamentalidade neoliberal na qual se sobressai a forma imperante de governar a vida pela economia-política, formando subjetividades para governar a população nas diversas crises ambiental, política, econômica e ética do nosso tempo presente.

Por outro lado, ao passo que isso ocorre, justamente por ser um documento normativo acaba por marginalizar e exerce um *deixar morrer* como apresenta Michel Foucault (2005), ou seja, ao tentar regulamentar, homogeneizar, hierarquizar as relações ao produzir sujeitos que compõe o corpo social da população operada por capitais humanos, automaticamente expõe a morte ético-política das potências imanentes da diferença e suas afirmações criadoras. É importante ressaltar que aqui não se trata da morte biológica por assim dizer, mas, da morte política e/ou da morte da biopotência que nos distancia daquilo que nossos corpos podem criar, isso elucida um certo sintoma de niilismo e da crise ética contemporânea.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM CONTEXTO

A Base Nacional Comum Curricular advém do contexto onde foi homologada em 20 de dezembro de 2017 almejando sua implementação nos anos seguintes. De acordo com Bonamino e Meira (2021), tendo em vista que tal documento é recente, não possibilitaria uma análise dos seus resultados, entretanto, nosso problema foca em uma crítica apresentada no

próprio teor do documento no qual fundamenta as habilidades e competências como eixo central que todos estudantes devem aprender, reforçando um certo capacitismo sobrepondo a racionalidade econômica, sobretudo, capital humano como critério de distinção da vida que tem valor em detrimento da desvalorização de formas de vida outras, conduzindo as vidas que merece viver ou ser deixada para morrer.

De acordo com Dias (2021) a BNCC possui uma tentativa política que envolve "[...] currículo, produção de materiais didático-pedagógicos, avaliação, formação de professores e gestão educacional [...]" (DIAS, 2021, p. 4). Tal documento foi mobilizado por um conjunto de especialistas, isto é, professores e pesquisadores, exercendo uma articulação de parcerias público-privada com o intuito de formar um fundamento básico e normativo que visava estabelecer um modelo ou que servisse de referência nacional com apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional

dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Logo na apresentação a BNCC defende de seus objetivos.

> *contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2018, p. 8).*

Nesse sentido a BNCC funciona como uma espécie de centralizador, submetendo as demais esferas da república a nível federal, almejando subjetivar e qualificar toda população em território nacional. Assim como, alinhar a normativa à formação de professores subjetivando-os para colocar o documento em prática, sobretudo, a avaliação pautada pela BNCC torna-se a norma reguladora e os critérios de qualificação, habilidades e competências atingidas ou não. Sendo "o conjunto orgânico e progressivo de





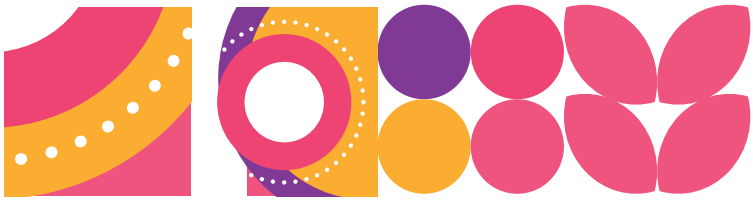
aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento" (BRASIL, 2018, p. 7). Isso reforça a característica da população, na qual busca um desenvolvimento progressivo e sem rupturas.

De acordo com Dias (2021) a BNCC como um documento político almeja melhorar a aprendizagem pautando-se em um modelo de competências na qual, por sua vez, acaba tendo um caráter operacional e instrumental. Tal discurso embutido no documento está alinhado à Organização das Nações Unidas, algo que já estava presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2002 advogando um modelo curricular por competências, isso perpassa a formação de professores e atravessa a formação discente de forma a estruturar um paradigma e enrijecer as relações de poder, isto é, estabelece um controle da aprendizagem, regulamentando e conduzindo as condutas dos docentes e discentes. Segundo a autora, esses processos já vinham ocorrendo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e PNC+, assim como, foi instituído pela Portaria nº331/2018 com o *Programa de Apoio à Implementação da Base Curricular Nacional.*

O item 10 da lista de competências e habilidades da BNCC na qual condensa o percurso até aqui abordado, consta que "agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários" (BRASIL, 2018, p. 10). Esse trecho enuncia o governo da diferença e a governamentalidade democrática conjuntamente com a governamentalidade neoliberal, pois, do que se trata a flexibilidade e a resiliência se não a adaptabilidade à precarização como nos lembra Alexandre Filordi (2020), no qual, de acordo com o filósofo da educação, a governamentalidade imperante passa a regulamentar e gerir os sujeitos para uma adaptação à precariedade subjetiva, isto é, num assujeitamento, portanto, produção de sujeitos passivos e impotentes numa aceitação precária de existência objetiva e subjetiva. Em outras palavras, num conformismo de bom grado a todas as mazelas do capital como regulação e distribuição da pobreza e da miséria material e ética. Foucault (2008b) já vinha denunciando como os fisiocratas entendiam o fenômeno da população e sua habilidade em adaptar-se aos meios mais adversos inclusive de crises.

Os princípios éticos não-dito pela BNCC se trata dos valores do capital, no qual o agir pessoal configura o sujeito neoliberal no sentido do empresariamento de si, da constituição do valor de troca ofertado pela formação do capital humano e do consumismo do mercado (FOUCAULT, 2008a). O agir coletivamente não-dito é a composição e a inserção no corpo social denominado de população como objeto e objetivo das artes de governo abarcado pela ação centrípeta dos dispositivos de segurança no qual acopla a disciplina social (FOUCAULT, 2008b).

Dessa forma os processos de subjetivação dos dispositivos escolares criam a necessidade de reconhecimento como pertencimento ao corpo social e sua moral de



rebanho, obstruindo as forças ativas das potências criativas. Nesse sentido, a BNCC como dispositivo biopolítico procura capturar o acaso dos acontecimentos e dos processos de subjetivação outros (im)possíveis que podem surgir na escola.

NEOLIBERALISMO: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

De acordo com Reginaldo Moraes (2001) o conceito de neoliberalismo assume diversas nomenclaturas, enunciações e características com outros termos na qual advém de duas tradições do século XIX, qual seja, o liberalismo clássico e o pensamento conservador. Dessa forma o neoliberalismo econômico resgata e dissemina a ideia do liberalismo clássico, isto é, a ideologia do livre mercado e contenção da intervenção estatal. Porém, o liberalismo clássico pautava sua crítica aos Estados absolutistas; já os neoliberais pautam sua ideologia política e econômica naquilo que ficou conhecido como Estado de Bem-estar social.

Com as novas diretrizes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, não é difícil diagnosticar que tais diretrizes organizam, principalmente depois do consenso de Washington as políticas educacionais no Brasil, de forma que procura educar os alunos sujeitos aos documentos normativos intitulado *Base Nacional Comum Curricular e o Plano Nacional de Educação* com o intuito de formá-los de acordo com os parâmetros ideológicos do comportamento político e econômico do neoliberalismo, isto é, uma ideia de microeconomia na qual o aluno deve aprender a ser empreendedor de si mesmo, adquirindo as habilidades e competências necessárias para a manutenção do capital.

Em outras palavras, o aluno pautado na microeconomia se torna um sujeito *Homo oeconomicus*, isto é, cada qual microeconomicamente forma uma rede de empreendedores que desresponsabiliza o Estado da suas obrigações sociais, cado aluno visto na microeconomia como uma empresa que investe sobre si mesmo para formar um capital humano concorrente entre outros capitais humanos concorrentes.

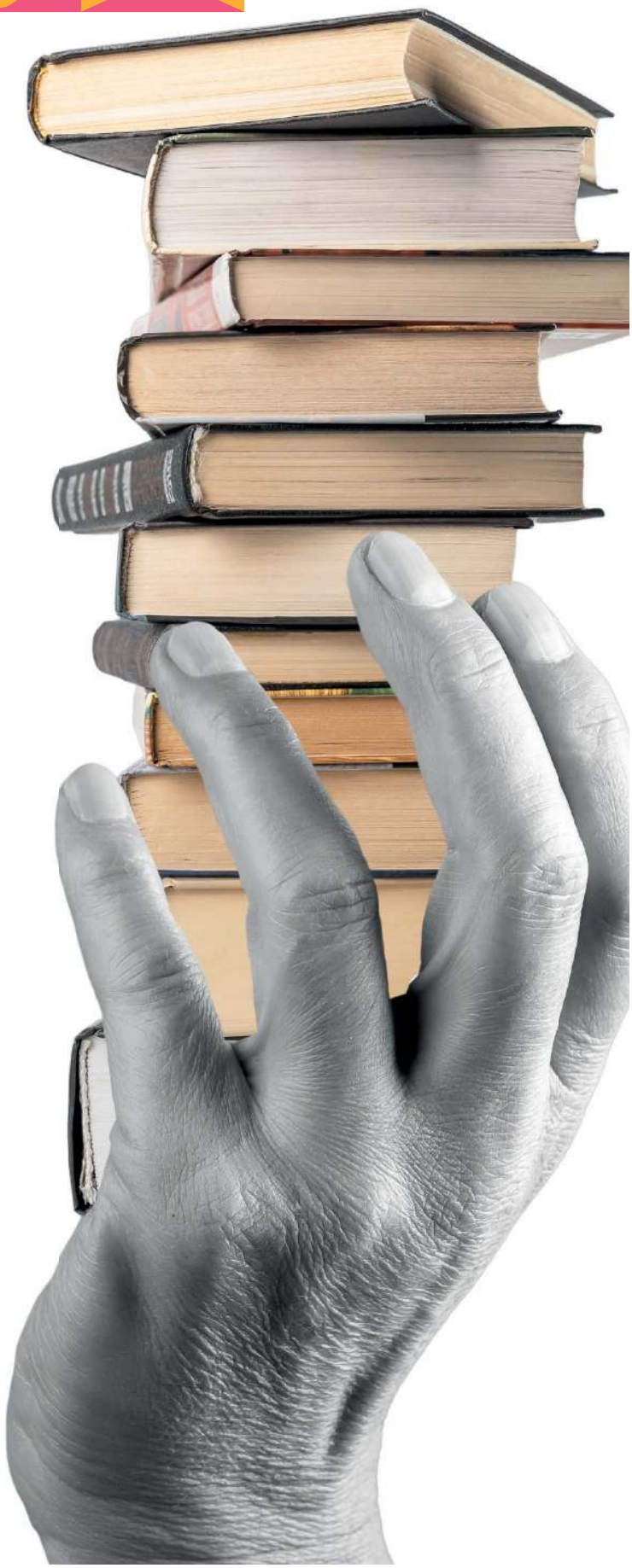
Na contemporaneidade pautada pela precarização do humano e das suas relações de trabalho, essas novas diretrizes funcionam como operador e fomentador da formação do *Homo oeconomicus,* na qual visa subjetivar e objetivar os alunos na ideologia da economia política neoliberal, ou seja, formar capitais humanos que pensam e agem de acordo com a racionalidade calculadora dos riscos, dos investimentos e das perdas nos parâmetros da sociedade de mercado, uma vez que os recursos que o Estado e os próprios alunos de escola pública dispõe historicamente são escassos, a propaganda neoliberal visa abandoná-los à própria sorte para alcançarem seus sucessos ou afundarem nos seus fracassos já construídos historicamente:

> *O funcionamento da ordem de mercado é visto como um paradigma, um modelo de funcionamento para as outras instituições sociais. Assim, a pretensão desses analistas é descobrir quais as regras constitucionais que, no plano das deci-*

sões coletivas (não-mercado), mais se aproximam da perfeição exibida por essa ordem (a do mercado). E o que chamam de "economia constitucional", uma nova teoria do contrato social, que propicie uma reconstrução da ordem social e política (MORAES, 2001, p. 27).

Dessa forma podemos interpretar que a Base Nacional Comum Curricular (2018) funciona como um paradigma para a instituição social cuja escola pública vira um alvo desse modelo de funcionamento, oxigenando um novo contrato social na qual os valores, a política e a economia aglutinem a lógica de mercado, principalmente quando o Estado é ocupado por governos de direita e extrema-direita. Tal política econômica neoliberal dissemina a ideia de mais mercado e menos Estado acaba por desamparar os já excluídos, criando uma omissão do Estado perante a uma população já marginalizada socioeconomicamente reproduzindo perfeitamente a desigualdade imanente do capital.

Além disso, de acordo com Andrade (2019), Foucault entende que o ato de governar implica numa condução das condutas, isto é, ações e práticas que viabilizam ou restringem as condutas alheias, de forma que condicionam as escolhas e os comportamentos dos indivíduos e/ou governados. Dessa forma, os dispositivos normativos como a BNCC operam para que seja possível uma arte de governo, ou seja, produzir e especular ações nos sujeitos para que suas condutas sejam conduzidas de acordo com a arte de governo imperante da contempo-



raneidade neoliberal.

Portanto, para além de uma condução das condutas, o neoliberalismo age para que tais sujeitos (no caso os alunos) se autogovernem, visando produzir subjetividades condizentes com as normas regulamentadoras, dando um salto qualitativo no conceito de ideologia, pois, para além da ideologia como disfarce da realidade, nesse caso é a própria realidade das nossas práticas cotidianas de governar a si e os outros permeiam as práticas e os valores da economia política neoliberal, fazendo dessa racionalidade política uma ética, uma forma de vida intrínseca aos sujeitos, na qual os próprios sujeitos dão vida e dinâmica para a própria lógica neoliberal. "[...] O Estado deve, assim, generalizar a forma empresa no interior do tecido social de modo que o próprio indivíduo se torne uma e participe ativamente das decisões em seu trabalho [...]" (ANDRADE, 2019, p. 219).

Por isso a Base Nacional Comum Curricular (2018) atinge para além da condução das condutas dos alunos um modelo subjetivação, afinal, almeja-se formar uma população qualificada para os parâmetros do Mercado onde cada indivíduo é uma empresa que concorre pelas mais eficientes normas, isto é, habilidades e competências que regulam a regra do jogo, formando assim um capital humano, capital concorrencial entre os pares, capital esse que pela suas escolhas no cálculo de riscos retornará enquanto uma renda futura. Essas escolhas, como por exemplo o Novo Currículo Paulista e seus projetos de vida, já procuram conduzir os alunos nas suas escolhas para as demandas do mercado.

Dessa forma o Estado com suas políticas educacionais pautadas no neoliberalismo procura regulamentar e garantir a formação dessa subjetividade enfatizada na racionalidade econômica, por isso as avaliações e os exames que circulam no ambiente escolar hierarquizam os alunos entre os melhores e os piores, entre os mais adaptados e os inadaptados às normas exigidas e almejadas na BNCC, oxigenando o egoísmo e não a cooperação e a relação comunitária. Essa composição criada pelos documentos normativos que regulamentam a educação brasileira acabam por produzir e compor sujeitos que formarão as redes de poderes no tecido social em detrimento dos sujeitos marginalizados pelos dispositivos escolares.

Outra perspectiva importante para compreensão do neoliberalismo é a abordagem marxista, "[...] o neoliberalismo se caracteriza por uma ordem social em que uma nova disciplina é imposta ao trabalho e novos critérios gerenciais são estabelecidos, servindo-se de instrumentos como o livre comércio e a livre mobilidade de capital [...]" (ANDRADE, 2019, p. 221). Portanto, os dispositivos normativos das políticas educacionais visam atender a demanda da crise do capital e reconfigurar as relações de trabalho, de produção e serviços:

> *Esse modelo legitima-se ideologicamente por meio de uma teoria político-econômica que afirma o livre mercado como garantidor da liberdade individual de empreender e que confere ao Estado o papel mínimo de preservar a ordem institucional necessária. A crescente de-*



> *sigualdade se justificaria como meio de estimular o risco dos empreendedores e a inovação, elementos centrais da competitividade e do crescimento econômico. (ANDRADE, 2019, p. 221)*

Outra questão muito pertinente é que de alguma forma uma política educacional que centraliza majoritariamente na racionalidade econômica, por sua vez acaba criando atores/alunos marginalizados, afinal, não atendem por algum motivo as habilidades e competências exigidas pelos documentos normativos regulamentadores da educação brasileira. Se por um lado isso ocorre como reflexo da omissão do Estado neoliberal, por outro, há sujeitos que não se adaptam às normativas exigidas como critérios e metas a serem alcançadas supostamente com o objetivo de desenvolver e qualificar tal população e, consequentemente, reproduzir a estrutura econômica vigente. Sendo assim, cria-se "políticas para a competitividade econômica, ou seja, o crescente abandono ou marginalização (não no que se refere à retórica) dos propósitos sociais da educação" (BALL, 2001, p. 100).

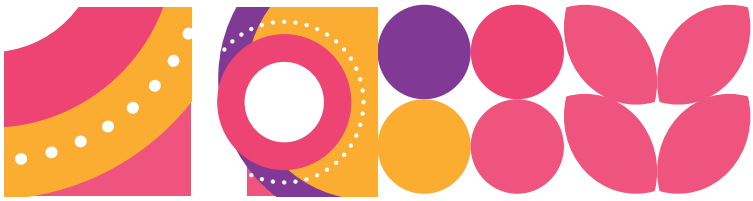
Podemos pensar que a Base Nacional Comum Curricular (2018) funciona como uma espécie de aglutinador e integrador de formação da unidade e identidade populacional, nas palavras do sociólogo:

> *A "unidade articulada" com a qual estou preocupado, encontra-se inserida, na educação e no setor de serviços públicos em geral, em estratégias de reformas genéricas que por sua vez repousam na instalação de um conjunto de tecnologias de políticas que "produzem" ou promovem novos valores, novas relações e novas subjetividades nas arenas da prática (BALL, 2001, p. 103).*

Portanto, a BNCC (2018) como continuação do golpe de 2016 e alteração da governamentalidade é criada como uma tecnologia política para produzir novos valores no tecido social, buscando emergir novas subjetividades de acordo com o neoliberalismo. Em outras palavras, produzir uma nova forma de disciplina social, isto é, novas formas subjetividades obedientes para atender essa crise atual do capitalismo (BALL, 2001).

Algo pertinente explorado por Ball (2001) é que não se trata simplesmente de um abandono ou desregulamentação por parte do Estado e, sim, uma outra forma de regulamentação baseada nos valores empresariais e na figura do gestor. Sendo assim, os atores que circulam no ambiente escolar, principalmente os cargos de poder assumem um personagem que faz da escola uma empresa e da educação uma mercadoria. "[...] Na verdade, eles são processos de re-regulação; representam não propriamente o abandono por parte do Estado dos seus mecanismos de controle, mas sim o estabelecimento de nova forma de controle [...]" (BALL, 2001, p. 104).

Outra questão importante apontada por Ball (2001) é que há uma performatividade criada na posição de cada sujeito, além disso, esses novos valores criam uma disciplina baseada na sobrevivência, afinal, os alunos devem aprender as habilidades e compe-



tências difundidas pelos documentos normativos, caso contrário, não terão as condições básicas de qualificação para concorrer no mercado de trabalho, pois, tais noções básicas compõe a formação do capital humano para obtenção de uma renda. Portanto, o ponto central são questões da mera sobrevivência, o que força todos a seguirem as normas ou não terão possibilidades de sobreviver no sistema:

> *Os "procedimentos de motivação" inseridos neste novo paradigma de gestão pública elucidam e geram os impulsos, relações e valores que fundamentam o comportamento competitivo e a luta pela vantagem. Assim, aquilo que temos assistido, através da celebração da competição e da disseminação de seus valores na educação, é a criação de um novo currículo ético nas e para as escolas e o estabelecimento de uma "correspondência" moral entre o provimento público e empresarial (BALL, 2001, p. 106-107).*

Esse novo paradigma permeado de performatividade, adjunto a racionalidade econômica, produz o valor do indivíduo, além das habilidades e competências adquiridas o valor do sujeito perpassa ambas, o que do sujeito mais ou menos valorizado tanto no ambiente escolar, quanto no mercado de trabalho. Isso estabelece uma equação entre riqueza, verdade e eficiência (BALL, 2001). Toda essa questão estabelece algo fundamental para a construção do sujeito neoliberal que é a noção do Eu:

> *Mais do que somente uma estrutura de vigilância, há, na verdade, um fluxo de performatividades contínuas e importantes, isto é, um espetáculo. O que está em jogo não é a possível certeza de ser sempre vigiado, tal como no clássico panóptico, e sim a incerteza e a instabilidade de ser avaliado de diferentes maneiras, por diferentes meios e por distintos agentes; é o "surgimento" do desempenho, da performance (BALL, 2001, p. 110).*

Esse cenário abre margem para duas questões, quais sejam, a precarização subjetiva e do trabalho e a resistência do sujeito e dos movimentos sociais. Segundo Scoleso (2017) esse novo sistema global criou no tecido social uma nova forma de exploração ou de autoexploração. Nesse movimento circunscreve a mundialização do capital na qual submete a classe trabalhadora aos ritos e delitos do poder econômico, de forma que os alunos que não adquirirem o capital humano estabelecido pelo mercado de trabalho, comporão uma nova categoria denominada precariado. Entretanto, também abre espaço para criação de novas pautas de resistência e de novos movimentos sociais.

A BNCC COMO DISPOSITIVO DE SUBJETIVAÇÃO DA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

Michel Foucault (2002) em a *Arqueologia do saber* e, principalmente, em *Sujeito*



e Poder (1995b) nos apresenta que o foco das suas pesquisas é a questão do sujeito, destacando uma ambivalência e, sobretudo, como a problemática do sujeito está num emaranhado de saber e de poder. O filósofo destaca as camadas que envolvem a produção e constituição de sujeito, envolvidos numa relação constante de sujeição e subjetivação, enfatizando como os saberes científicos, sobretudo, a ciências humanas teve o papel de almejar um sujeito universal e transcendental na ideia de homem/humanidade, isto é, uma figura fechada e limitada no perfil antropocêntrico fundamentado pela razão.

Nesse sentido, a BNCC parece reforçar esses quadros com o intuito de produzir sujeitos/subjetividades pautados na racionalidade econômica que parece estar subjacente no documento normativo, afinal, tal documento fundamenta-se pela lógica de habilidades e competências formando assim uma educação capacitista que compõe o capital humano básico para qualificar sujeitos economicamente ativos para o mercado de trabalho.

Dessa forma é importante enfatizar a conceituação que Foucault faz acerca do dispositivo, nas palavras do filósofo:

> *[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1995a, p. 244).*

Haja vista que o mundo contemporâneo perpassa pelas mais variadas crises dentre essas a ética, economia e política. Weinmann (2006) destaca que o dispositivo "pode ser conceitualizado como uma configuração específica de domínios do saber e de poder, a qual possui uma função estratégica" (WEINMANN, 2006, p. 17), sendo assim, a BNCC atua como dispositivo estratégico para conduzir condutas, isto é, para governar, regulamentar e formar subjetividades de acordo com as demandas da crise econômica atual, ou seja, torna-se crucial atingir um certo resultado nos sujeitos para que se adaptem às novas regras do mercado, sobretudo, na sua configuração neoliberal na qual advoga um Estado mínimo atrelado ao Estado de bem-estar social no caso brasileiro. Em outras palavras, se faz necessário produzir sujeitos empreendedores de si adaptados à uma vida precária tanto materialmente quanto subjetivamente, sem direitos sociais, desamparados pela comunidade.

Portanto, a BNCC atua como dispositivo de subjetivação na qual opera por duplo movimento recíproco, qual seja, assujeita os indivíduos à governamentalidade neoliberal que regula o biopoder contemporâneo, ao passo que oferece certa liberdade, sobretudo, no que se refere à economia-política. Dessa forma, o documento normativo governa pelos dispositivos escolares almejando estrategicamente regulamentar as ações e condutas dos sujeitos. O processo de subjetivação constitui sujeitos assujeitados às

técnicas de governo expostas pelas diretrizes da BNCC, assim como forma a articulação das técnicas de governo de si sobre si e sobre o outro e o mundo (WEINMANN, 2006). Com isso não se trata de um determinismo, há desvios e resistências em todas esferas de atuação dos saberes e poderes em circulação, sobretudo porque tudo que se enquadra em formas, em modelos estáticos tendem a sofrer atrito pela própria dinâmica da vida, o que poderíamos denominar de fratura do dispositivo.

Nessa crítica ou fratura que o sujeito refletidamente ou irremediavelmente faz acerca dos dispositivos escolares que parece consistir a crise ética na qual está inserida a educação contemporânea, afinal, a BNCC postula uma prescrição do que deve ser aprendido por cada sujeito e quais habilidades e competências devem desenvolver, entretanto, há todo um ethos desconsiderado que parte da própria constituição de si que cada sujeito postula para si como conduta, além daquelas que pela realidade social e o próprio corpo estimula em cada um, entra em conflito com os valores estipulados pelo documento normativo. Tais ethos produzem processos de subjetivação outros e, essa arte de si desvia-se das prescrições escolares por um lado e, por outro, as prescrições limitam que outras formas de vida criem potência que, por assim dizer, estabelece a crise ética da educação.

No intuito de compreendermos a Base Nacional Comum Curricular pela perspectiva foucaultiana, isto é, como um dispositivo da governamentalidade que faz operar a biopolítica neoliberal recorremos ao filósofo





e sua definição do que é a governamentalidade, nas palavras do autor governamentalidade é portanto:

> *O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2012, p. 429)*

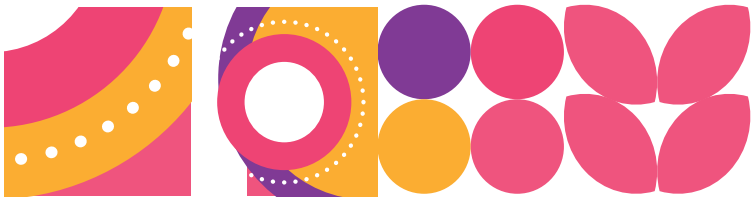
Sendo assim, a BNCC está inserida numa estratégia de governo, pois, compreende as instituições escolares funcionando com procedimentos normativos para atuação no sistema educacional cujos objetivos e metas para serem alcançadas perpassa por cálculos de biopoder que visam atingir um efeito na população (biopolítica) em percurso escolar e, como forma principal de saber produzir sujeitos economicamente ativo e úteis, com habilidades e competências que favoreça os valores do capital e do mercado.

Ao notar que a BNCC opera como dispositivo, pois é por esse meio que o governo poderá negociar, controlar e atingir seus objetivos que é a formação de um corpo social ordeiro, civilizado, disciplinado e dócil. Ou seja, o dispositivo de segurança funciona como prevenção de acidentes, anomalias e desvios tanto de ordem individual quanto de ordem social, isto é, tanto atua na anatomopolítica do corpo quanto na biopolítica (FOUCAULT, 2005, 2008b).

De acordo com Foucault (2008b) e Judith Revel (2005) os dispositivos são operadores do poder, ou seja, funcionam como estratégias de assujeitamento de forma heterogênea, portanto, a BNCC é um dos dispositivos que operam na educação básica buscando enquadrar em uma norma para que os alunos sejam moldados de acordo com a governabilidade imperante, para isso requer um conjunto constituído tanto pelas arquiteturas e instituições como, também, por lei e regulamentos, pelo dito e o não-dito. Sendo assim, é possível compreender que a BNCC opera não apenas como norma escrita, mas como conduta que atravessa as relações de poder na escola.

Logo há uma seletividade porque aqueles sujeitos que se enquadram nas prescrições da BNCC configuram os sujeitos úteis e que vossas vidas atingem o centro normativo que deve viver enquanto que os corpos que escapam às normatizações exigidas são deixados para morrer. Esse deixar morrer atua como uma espécie de inclusão excludente por meio de omissões e abandono próprios dos dispositivos escolares, cria-se um campo de invisibilidade e indiferença dos sujeitos desviantes, pois, a partir do momento em que a BNCC se torna o documento normativo automaticamente deixa de lado sensibilidades outras que circulam no ambiente escolar, minando a biopotência criadora do encontro com os ethos da diferença. Basicamente não são formas de vida úteis para a governabilidade neoliberal e, assim, acabam sendo descartados, sufocando a vontade de potência que oxigena uma verdadeira democracia.

Vejamos o que diz a BNCC e como con-



ceituam as chamadas competências. De acordo com a BNCC:

> *competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 8)*

Depois da definição do que a BNCC define por competência e habilidades fica evidente que se trata de uma conceituação vaga e aberta, pois, não deixa claro, por hora, quais conhecimentos e práticas devem ser mobilizados e os valores construídos para as demandas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Entretanto, é claro que os valores são do mundo do trabalho cristalizados pelo sistema capitalista e o exercício da cidadania se resume a construção do corpo social estático no qual o pleno direito à cidadania circunscreve aos sujeitos de direito e para ser reconhecido como sujeito de direito deve estar em total acordo com as normas constitucionais, afinal, só é sujeito de direito quem obedece de bom grado as leis e as normas estipuladas pelo contrato social.

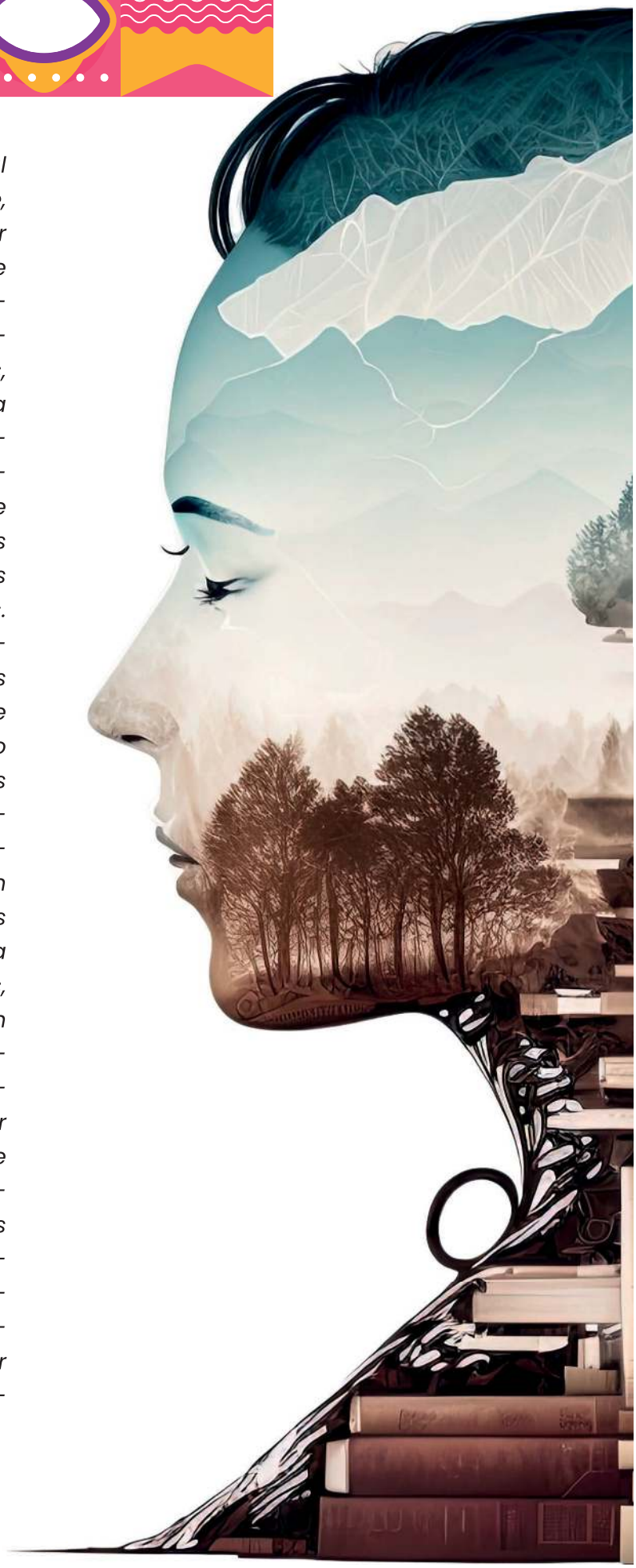
Sendo assim, todos têm que estar assujeitado ao contrato social para ser considerado livre no seu pleno exercício da cidadania, aquele que de alguma forma inflige não desfrutará do doce sabor que é viver sob a liberdade proporcionada pela cidadania, portanto, está sujeito a um mundo sem leis e a um mundo de exceção (AGAMBEN, 2007). Todavia, percebe que para fazer parte do corpo social é preciso abrir mão daquilo que lhe constitui, isto é, para estar integrado à norma demandada pelos documentos normativos, entre esses a BNCC, é preciso não ser, é preciso abandonar uma condição ético-política e as forças vitais de criação de outros valores suprimindo aquilo que nossos corpos e seus encontros com outros corpos podem expressar na diferenciação (PAGNI, 2018).

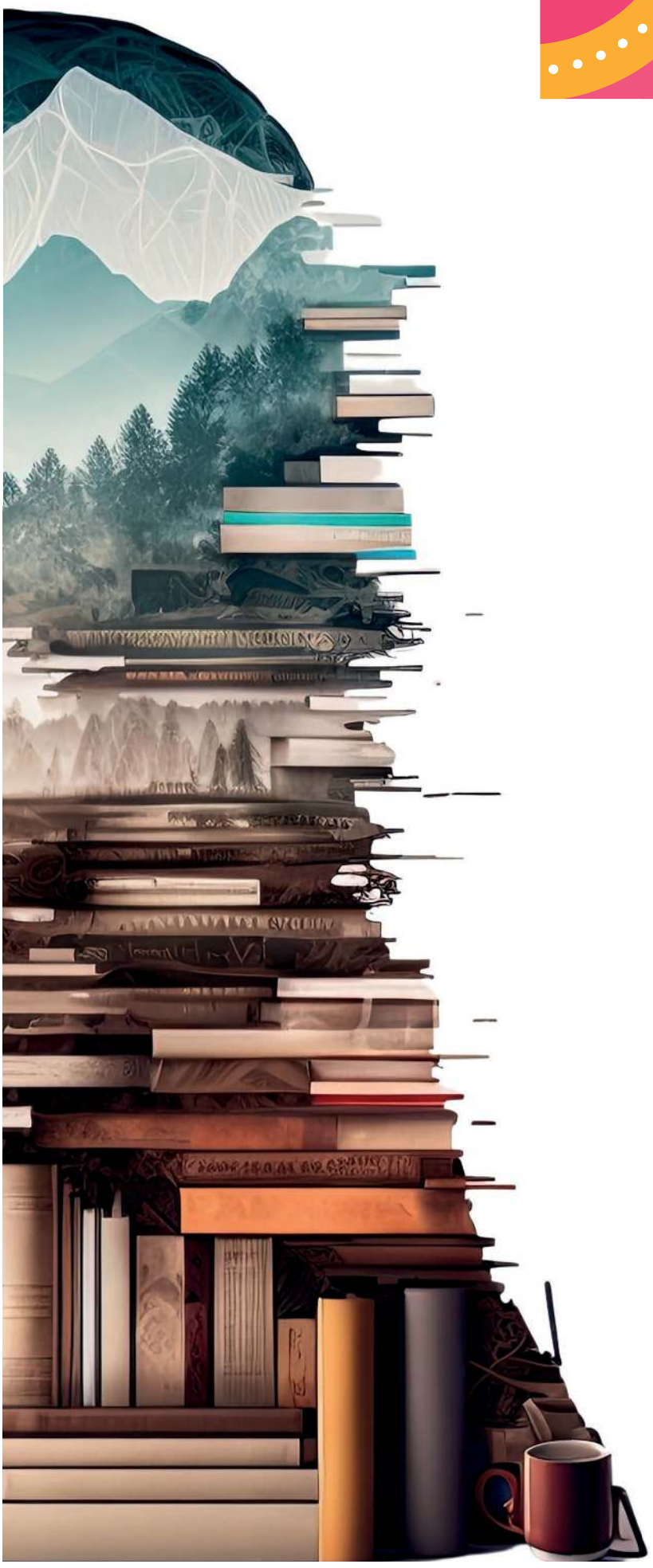
Por isso a BNCC se trata de um dispositivo biopolítico, pois, além de um operador que materializa o poder buscando produzir sujeitos para torná-los governáveis. Por outro lado, também opera no não-dito, isto é, aquilo que está subjacente e nas entrelinhas do assassínio indireto do racismo de Estado (FOUCAULT, 2005) que deixa morrer por meio de uma atuação que se faz parecer natural, haja vista que, a exclusão por meio da omissão e do abandono é justificada pela inadaptabilidade do sujeito que desvia da norma recai uma culpabilidade única e exclusivamente do corpo e/ou do ethos que se desvia e se recusa a compactuar ou, melhor, a vontade de potência e/ou a condição ontológica não permite que adentre às normas, pois, são diversas forças e fluxos de desejos e/ou vontades de potências que não sabemos ao certo a racionalidade que a rege. Isso não faz do indivíduo um sujeito meramente passivo, porém, a parte que o torna consciente pode ser entendida como um instrumento das vontades imanentes da biopotência.

Cabe apresentar as competências gerais para educação básica expostas na BNCC:

> *1.Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o*

mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pes-





soal e coletiva. 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018, p. 9-10).



As dez competências listadas na Base Nacional Comum Curricular (2018) possuem um duplo movimento. Primeiro: ela estrutura todo um dever ser da educação e seus fundamentos básicos que porventura todos os alunos devem obter como essenciais, o que podemos observar nos dez mandamentos é que faz parte de um governo das diferenças, isto é, o documento normativo procura aglutinar as mais diversas formas de vida que há em sociedade, sendo assim, tem toda uma prevenção para construir uma sociedade justa com respeito às diferenças e a inclusão. Ou seja, tudo isso faz parte da estratégia desse dispositivo regido por uma governamentalidade biopolítica em que procura ordenar e regular a vida da sua população, com base na produção um sujeito governável e economicamente ativo. Entretanto, ao mesmo tempo que postula as competências e habilidades adquiridas, haja vista que, procura formar o capital humano almejado pela governamentalidade imperante, afinal, essas competências formarão os alunos que obtiverem tais fundamentos que os permitem agregar enquanto capital humano obtém um valor que futuramente será trocado por uma renda de acordo com as demandas do mercado (FOUCAULT, 2008a).

O segundo movimento é justamente o que fica de fora, pois, aqueles que não adquirirem, por assim dizer, as competências e habilidades estipuladas no documento normativo consequentemente não formará um capital humano que agregará valor de troca para obter uma renda futura, sendo assim, está fora da governamentalidade e da cidadania, portanto, abandonado à própria sorte por mais que tenha outros valores, competências e habilidades talvez estes sejam destoantes das demandadas pelo capital e o mercado.

Outro destaque relevante é que no item 6 da lista de competências da BNCC traz a ideia de consciência crítica isso reforça que a população como corpo da disciplina social basta ter apenas uma consciência crítica e não uma atitude crítica, portanto, isso enfatiza que um dos objetivo da governamentalidade que rege a biopolítica neoliberal procura produzir um corpo social ordenado sem sobressaltos, para que a ideia de progresso do desenvolvimento capitalista ocorra de forma gradativa e não que provoque rupturas desregulamentando radicalmente para uma participação democrática efetiva.

No item 10 ressalta a característica da governamentalidade neoliberal, pois são sujeitos que precisam ser resilientes para as novas demandas e da crise ambiental, econômica e política do mundo contemporâneo. Isso reforça que pensamentos ou ações de ruptura com os valores éticos e democráticos não cabem, o que acaba por minar potências afirmativas de vida e de criação de uma nova realidade.

Para concluir, recorremos ao filósofo Nietzsche para evidenciar que tanto o sujeito produzido como capital humano qualificado, quanto o sujeito abandonado se enquadram em duas morais imperantes produzidas pelos dispositivos escolares, qual seja, a moral de rebanho na figura do camelo que carrega os fardos dos valores imperantes e a figura do leão que circunscreve na vontade de poder. Sendo assim, os dispositivos escolares

formam duas figuras a do sujeito ativo e do sujeito passivo (FOUCAULT, 1995) isso esclarece uma certa manutenção das relações de poder entre dominantes e dominados, não dando vazão para uma terceira figura que é própria da criança de acordo com Nietzsche (2011) essa figura da criança é a própria da criação. Portanto, a BNCC como dispositivo biopolítico funciona para operar, cristalizam as dominações sociais numa espécie de seletividade da vida que merece viver e as que atuam apenas na sobrevivência, entretanto, esse movimento até pode ser perceptível por um lado, entretanto, por outro, assola qualquer um.

NIETZSCHE E A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA COMO SINTOMA DO NIILISMO

Faz parte de uma estratégia biopolítica neoliberal de governo estabelecer a Base Nacional Comum Curricular como uma maneira de fomentar uma cultura universal, assim como, uma cultura utilitária. Dessa forma a BNCC cumpre o papel de uma suposta formação do corpo social, visando criar uma integração cultural, utilitária e universal dos indivíduos.

De acordo com Nietzsche (1992) em *O nascimento da tragédia,* o impulso apolíneo é caracterizado pela linguagem, o dar forma com sua clareza, sendo assim, é possível interpretar a Base Nacional Comum Curricular como expressão desses impulsos? onde procuramos dar forma, estabelecer uma linguagem clara, uma espécie de governo sobre os impulsos dionisíacos das crianças e jovens que supostamente precisam dar contorno à selvageria. Em outras palavras, o impulso dionisíaco dos alunos representa a realidade absoluta, justamente por sua etimologia sem luz.

Portanto, podemos interpretar a BNCC como um dispositivo civilizatório de produção da cultura universal, no qual visa formar uma população governável em atrito com a selvageria da realidade dionisíaca pulsante na dinâmica escolar. Dessa forma, tal documento normativo constitui a tentativa de harmonizar um conjunto de pulsões no qual podemos denominá-la enquanto população.

Como estratégia governamental de uma política da vida, regulamentar esses impulsos é a maneira de suportar o caos da dinâmica da vida, afinal, Estado e governo complementam esse medo, esse horror dos fluxos pulsantes e impulsivos da própria vida. Nesse sentido a BNCC funciona como um estruturador da cultura que anseia e supõe um universal, cujo objetivo é subjetivar aos

1 - Basicamente em O nascimento da Tragédia Nietzsche traz a noção de apolíneo e dionisíaco como forças ambivalentes, sendo apolíneo, grosso modo, a figura da razão e da harmonia, enquanto, o dionisícado seria a expressão criativa do caos e do desgoverno.

moldes da cultura hegemônica burguesa neoliberal. Em outras palavras, a cultura utilitária propagada pelo documento normativo almeja produzir corpos cuja subjetividade possibilitará a continuidade da própria cultura utilitária de pretensão hegemônica, isto é, uma forma de reforçá-la, pois, caso contrário os impulsos poderiam destruí-la.

De acordo com Viesenteiner (2011) o século XIX marca a decadência dos valores universais, isto é, a supervalorização da razão e juízos determinantes e a BNCC ainda reforça esses valores pois trata-se de conteúdos, habilidades e competências que devem ser adquiridas pelos estudantes por um lado e, por outro, ela amplia em um governo das diferenças na qual fomenta e instiga outros valores que circulam em sociedade, sobretudo, na área destinada à ciências humanas.

Isso não significa que tal movimento esteja seguro do sintoma do niilismo e da crise ética na qual enfrenta a sociedade contemporânea, portanto, a educação atual. Afinal, nem todos estudantes se enquadram nos valores expressos no documento normativo da BNCC, isso poderia ser um sintoma de niilismo, pois, há um esvaziamento ético, de perspectiva e dos valores transmitidos pela BNCC, sobretudo, aos alunos que escapam das habilidades e competências exigidas pelo documento.

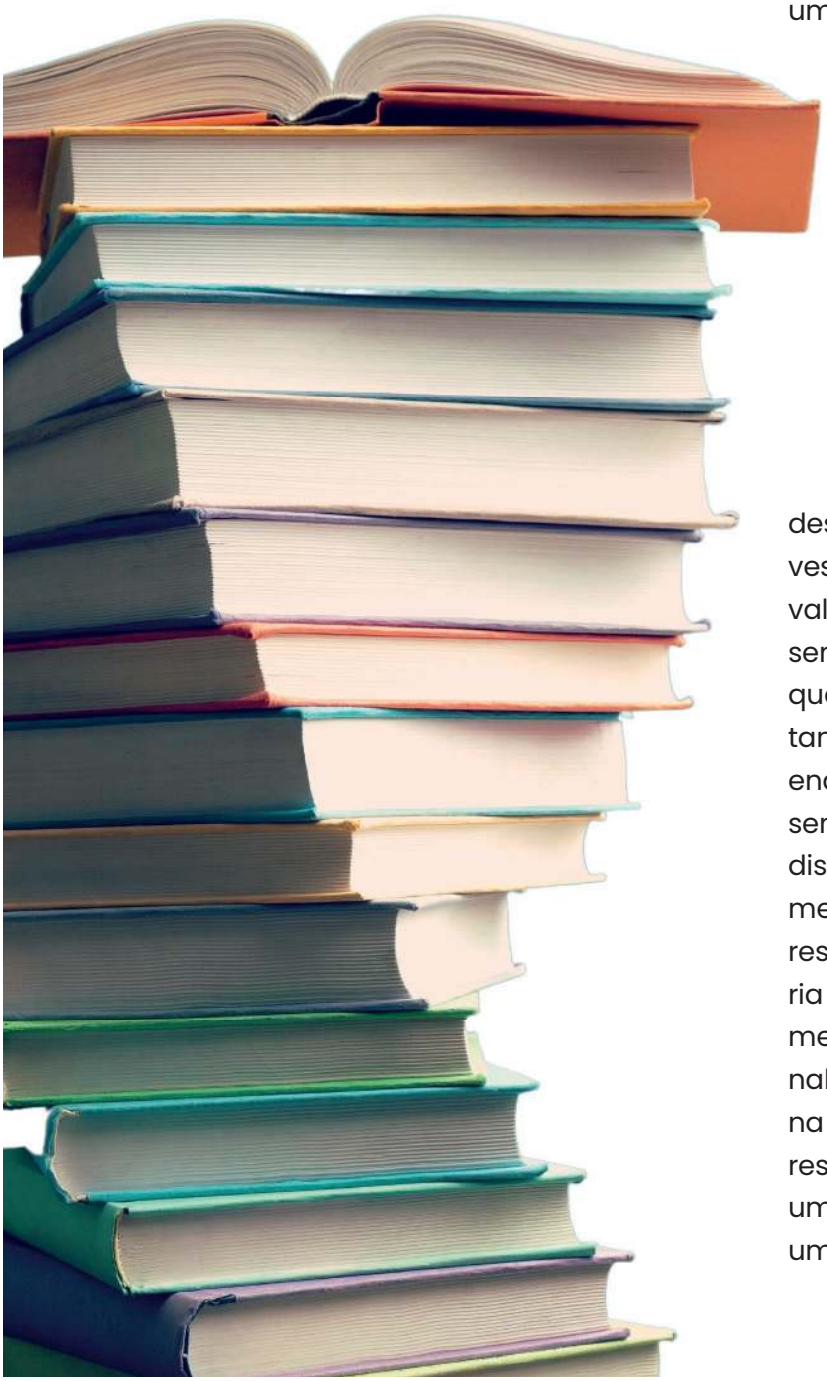
A crise ética que vive a educação contemporânea perpassa por esses descrédito dos valores inculcados na BNCC e daquilo que esperam dos estudantes, o quebra-cabeça não fecha porque as habilidades e competências exigidas fogem da realidade de estudantes que oxigenam outros modos de vidas éticos avesso às diretrizes escolares, sobretudo, porque o modo de vida ético desviante não vê sentido nos valores atribuídos pelo documento da BNCC. Isso de alguma forma os coloca em um vazio e falta de sentido do mundo e de si mesmos.

Dessa forma os valores estimados e requeridos pelas habilidades e competências da BNCC, destaca o esvaziamento da vida, pois trata-se de um modelo de dever ser, até mesmo de forma de um ideal a ser alcançado por todos alunos para adentrar à norma. Isso reforça uma negação da vida, na qual não condiz com a dinâmica da vida escolar. Portanto, nesse sentido o "niilismo é um processo de falência generalizada do sentido que o homem agrega à sua vida e ao mundo. [...] Nesse estado, o homem se sente como que perdido em meio a uma vida desprovida de qualquer significado" (VIESENTEINER, 2011, p. 113).

Segundo Viesenteiner (2011) trata-se de um estado psicológico no qual abre-se um abismo e os valores e sentido são perdidos, ficamos à deriva em alto mar sem fim ou saída, sem terra firme, cordas ou bóias para se apoiar. Cabe a pergunta: seria a BNCC produtora do niilismo ou o niilismo se encontra naqueles que não veem sentido nas suas diretrizes? Parece que há um duplo movimento, pois, ao definir as habilidades e competências que negam a vida, o próprio documento normativo produz tal niilismo apesar de empregar valores



acerca do que é o humano e como isso pode ser usado para mobilizar o capital humano e adentrar no mercado. Por outro lado, há uma ética imanente nos sujeitos desviantes que ao negarem os valores da BNCC por assim dizer, afirmam uma ético-política e uma vida caótica própria da dinâmica na qual é composta a vida social e escolar.



Nesse sentido, a BNCC agrega valor à uma forma específica de vida, a vida que importa é a vida que adentra à norma e acaba por segregar formas de vidas outras, portanto, negando a vida e desvalorizando as demais. Por outro lado, para os sujeitos desviantes à normalidade, os valores empregados pela BNCC tem valor de nada, afinal, não condiz com sua realidade e seu modo de vida. Abre-se assim um limiar perigoso:

> *Se a vida não tem mais sentido ou qualquer valor - a não ser um valor mercadológico -, então matamos, fazemos holocaustos, tiranizamos, etc. A condição niilista do homem e da cultura é uma versão da barbárie social e uma das ramificações da banalização da vida (VIESENTEINER, 2011, p. 115)*

Podemos entender a BNCC como um desperdício de força vital? na qual todo investimento inculcado para estabelecer tais valores, mas na vida real e concreta não faz sentido algum para os alunos, sobretudo porque os acontecimentos da vida se apresentam de forma multifacetada e caótica e não enquadrada e regulamentada como apresenta um documento fechado ou, ainda além disso, quando encontramos uma arte da mentira estimulada pelos dispositivos escolares. Sendo assim, nossa educação não estaria enganando seus estudantes e por isso ela mesma esteja perdendo seu valor institucional, seu descrédito e desprestígio social está na própria escola e não na apatia e desinteresse dos alunos? Afinal, qual é a finalidade de uma educação conteudista? Apenas adquirir um capital humano e transformar em renda e



uma educação mercadológica por mais que se trate de escola pública essa é a sua finalidade? mercado de trabalho?

A finalidade da educação está em formar uma totalidade de alunos economicamente ativos, ou seja, uma sistematização, uma unidade de cidadãos de bem, de moralidade normativa que nada critica ou questiona acerca da sua própria precariedade existencial. Em outras palavras, uma educação que visa formar sujeitos passivos, dóceis e obedientes às normas soberanas do mercado e do capitalismo? Onde sua utilidade está na sua habilidade e competência em fazer a máquina do capital girar?

Dessa forma emerge outro sintoma do niilismo a falta de unidade, a multiplicidade dos modos de vidas outros resistem e não veem segurança na arte da mentira dos dispositivos escolares. A tal verdade da fábula neoliberal cai por terra e sua crise imanente salta aos olhos dos sujeitos concretos e sua realidade. Portanto, de fato há uma preocupação com a vida das novas gerações? Há uma relação de cuidado ou o que se apresenta como cuidado por baixo e no fundo se trata de uma qualificação de sujeitos para exploração como extração de valor útil dentro de uma economia-política capitalista.

Podemos pensar que ao almejar definir as habilidades e competências necessárias à normatividade regulamentada pela BNCC acaba por inibir outras possibilidades de criação de valores e de transvaloração necessárias para dar sentido à vida contemporânea, pode-se dizer que essa educação de massificação unitária é sintoma de um adoecimento, uma decadência, uma rebaixamento daquilo que é mais vital, que faz parte da própria potência de vida, na qual a escola se inculca de estabelecer a moral de rebanho, a moral dos fracos sobre as potências ativas, fortes e criadoras de realidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos parte da Base Nacional Comum Curricular na qual atua como dispositivo de subjetivação e como todo dispositivo circula o dito e o não dito. Há nas almejadas habilidades e competências uma racionalidade econômica subjacente para formação de sujeitos úteis, afinal, tais requisitos formam o capital humano daqueles que serão economicamente ativos que configuram o corpo social da população numa biopolítica do fazer viver (FOUCAULT, 2005, 2008a, 2008b).

Por outro lado, aquelas formas de vida outras que não se enquadram nas diretrizes do documento normativo, acabam marginalizadas e impotentes na sua afirmação da vida potente ativa e criativa, postulando as vidas que são abandonadas e deixadas para morrer pela mesma regulamentação do biopoder atual, evidenciando o paradoxo da biopolítica e sua crise ética. Esse sintoma esclarece a falta de perspectiva do niilismo exposto pelo filósofo Nietzsche.

Nesse sentido é necessário uma educação que potencialize outras formas de vida, que afirme a vida ativa e criativa própria da dinâmica da vida escolar para que a educação não seja apenas pautada pela racionalidade econômica, mas que afirma a diferença e a vida, reencontrando os sentidos que cada *ethos* expressa para criação de realidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Pereira. O **que é neoliberalismo?** A renovação do debate nas ciências sociais. Revista Sociedade e Estado - V. 34, n. 1. Janeiro/Abril. 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I.** Belo Horizonte. Editora UFMG. 2007.

BALL, Stephen John. **Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação.** Currículo sem fronteiras, v.1, n.2, pp. 99-116, Jul/Dez 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC - Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

CARVALHO, Alexandre Filordi.; GALLO, Silvio. D. O. **Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva.** Mnemosine Vol. 16, nº1, p. 146-160 (2020).

CARVALHO, Alexandre Filordi. **Foucault e o neoliberalismo de subjetividades precárias: incidências na escola pública brasileira.**Revista Internacional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.6N.3 – pag 935-956 (set – dez 2020).

ESPOSITO, Roberto. **Bios: biopolítica e filosofia.** Lisboa: Edições 70, 2010.

Foucault, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas** (S. Muchail, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** Curso no Collège de France (19751976). São Paulo. Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 25ª ed. São Paulo:Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Verdade e poder.** In: M. Foucault Microfísica do poder (pp. 1-14). Rio de Janeiro: Graal, 1995a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, H.; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b, pp. 230-249.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

MORAES, Reginaldo. C. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?.** São Paulo. editora Senac, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo.** Tradução, notas e posfácio de J. Guinsburg. São Paulo. Companhia de letras, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich**. Assim falou Zaratustra**. Tradução, notas e posfácio de Paulo César Lima de Souza. São Paulo. Companhia das letras, 2011.

PAGNI, Pedro Angelo. **O ingovernável dos corpos e das multidões na escola: Formação ética, resistência e alteridade radical.** In: Filosofia e educação em errância: inventar escola, infâncias do



pensar/allan de carvalho rodrigues; simone berle e walter omar kohan (orgs.). – 1 ed – Rio de Janeiro: NEFI, 2018 – (Coleção Eventos).

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais/Judith Revel**; tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. - São Carlos: Claraluz, 2005.

SCOLESO, F. O**s movimentos sociais na era da mundialização do capital e da precarização do mundo do trabalho:** neoliberalismo e transnacionalização. revista de história comparada. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 195-225, 2017.

VIESENTEINER, J. L. **Nietzsche e o niilismo como diagnóstico da crise ética.** In: Ética abordagens e perspectivas, Org: Cesar Candiotto. 2ª edição revista e ampliada. Coleção didática, editora Champagnat. Curitiba, 2011.